

	<b>Autor</b>	<b>Contribuição</b>
1	<b>Maria Angélica Oliveira</b> CADES Butantã	Retrata os problemas enfrentados nos 8 (oito) Parques que se encontram na região do Butantã e questiona sobre a informação que obteve por meio do CMPU, a respeito da verba que a Secretaria do Verde destinou em seu orçamento para o Parque Água Podre, que é exclusiva para a remoção das famílias que estão morando ali e a regularização jurídica do parque, em contrapartida não há mais nenhuma verba destinada para a sua recuperação e dos demais parques que se encontram sem manutenção adequada. Reivindica por maior compromisso da Prefeitura com as áreas verdes, em especial aos Parques da região do Butantã, além de um comprometimento com a escuta dos munícipes, a fim de criar meios eficientes para efetivar de fato a legislação.
2	<b>Helena Magazo</b> CADES Butantã	Primeiramente questiona sobre o que é estruturante e não estruturante no escopo da revisão. Segue questionando sobre a implementação se é pertinente ou não na revisão.
3	<b>Thiago Moliani</b> CADES Mooca	Reivindica a respeito da implementação do Plano Diretor, tendo em vista que já está em vigor há 8 (oito) anos, mas que diapositivos básicos, como o Fundo de Parques ainda não foi implementado. Por outro lado se verifica que é notória a distribuição de benefícios para o mercado imobiliário. Inclusive, acrescenta que apesar do grande número de novos empreendimentos residências na cidade de São Paulo, não há nem apenas um percentual mínimo a ser destinado para contrapartida dos parques. Faz uma ressalva sobre a participação popular neste processo de revisão intermediária, que esta sendo realizado, em seu ponto de vista, sem quórum suficiente para esse processo de revisão, e conclui que em sua leitura, há uma desconsideração com a população. Segue exemplificando a respeito dos Planos Regionais e Planos de Bairro, que seriam responsáveis por trazer as pessoas, para mais próximo desse processo de revisão. Ainda diz que existe a necessidade de maior e melhor publicização além de conhecimento a respeito do PDE por parte da população. Propõe, no sentido de facilitar a transferência de potencial construtivo, para as ZEPAMs, talvez expandir esse processo de transferência para terrenos de grandes massivos arbóreos, como na Mooca, que há locais que são ZMs que são grandes massivos arbóreos, e que ficam como uma grande reserva de terreno para um momento futuro em que houver uma grande valorização da região para o mercado imobiliário, ao invés de ser destinado para alguma função social. São questões assim, que torna essencial trazer a população para dentro do processo, e isso se dá por meio da publicização. Conclui dizendo que, por essa razão, é muito importante nos mantermos sempre presente em todas as regiões.

4	<p><b>Angela Martins Baeder</b> CADES Butantã</p>	<p>Fala a respeito da necessidade de manter itens que promovam as conexões entre as áreas diferentes da cidade. Aponta que chamou sua atenção os instrumentos de gestão ambiental, e questiona que muito é falado sobre soluções vários aspectos, mas nada se fala sobre os resíduos sólidos, mesmo que tenham conhecimento que a geração de muitos dos gases do efeito estufa são advindos da decomposição dos resíduos depositados nos aterros sanitários. Há o pensamento de que o aterro sanitário resolve todos os problemas gerados pela produção de lixo, mas hoje sabemos que ele não resolve. Nesse sentido propõe a implementação de vários componentes de coleta seletiva, com a revisão do número de ecopontos para combater o descarte inadequado de resíduos, como se verifica em muitos bairros da cidade, como no próprio Parque Linear Água Podre que há um ponto de deposição na margem do córrego, além de muitos outros pontos viciados distribuídos pela cidade.</p> <p>No seu entendimento, apesar desse conteúdo não estar diretamente relacionado ao PDE, deveria ao menos estar mencionado no item de Meio Ambiente, pois esse é um problema ambiental e não mais uma questão de limpeza urbana.</p> <p>Ao ler o escopo ela não compreendeu a razão dos elementos estruturantes, serem considerados como itens não revisáveis, sendo que no relatório da participação social há várias informações a respeito de problemas gerados relacionados diretamente a eles.</p> <p>Com relação ao processo participativo, por exemplo, quando for realizar a elaboração de um plano de bairro haverá uma maior apropriação, por parte da população, da importância do Plano Diretor e assim vão sair contribuições. E a partir dessa reflexão ela questiona se a partir da elaboração dos Planos de Bairro saíram revisões do PDE.</p> <p>Sobre as ZEPAMs ela questiona se é acompanhado de um plano de fiscalização, conjuntamente a um plano de execução para colocá-lo em prática, com o devido processo de acompanhamento / contribuição continuada por meio da sociedade civil, pois entende que assim há a possibilidade de garantir que de fato a área assim definida se mantenha e seja efetivamente preservada.</p> <p>Sendo assim ela defende que há o como e por que definidas áreas possuem um zoneamento específico. E é por meio da fiscalização por meio da Prefeitura e da fiscalização da própria sociedade civil que será efetivada. Mas questiona qual o mecanismo para sua concretização.</p>
---	---	--

5	<b>André Luís Mendes</b> CADES Lapa	<p>Trouxe o ocorrido na semana passada, na Lapa, sobre o manejo de árvores realizado pelo Estado de São Paulo com licenciamento ambiental e termo de compromisso ambiental realizados pelo Estado, e quando foram verificar a publicidade do licenciamento, todos os processos estavam restritos. Houve uma grande demanda de reclamações de munícipes em relação a este manejo. Portanto, questionou se é possível, por meio da revisão do Plano Diretor, incluir um mecanismo de comunicação do Município com o Estado, para que estes dados sejam transparentes, uma vez que a lei nova 17.794/2022, diz que as remoções ocorreram em área pública, em uma praça próxima a Marquês de São Vicente, e que pela lei municipal não poderiam ser removidas sem uma autorização municipal prévia da autoridade pública municipal, no caso o Subprefeito da Lapa.</p> <p>É notório que há um conflito entre Estado e Município, e o que mais preocupa é a questão da publicidade. Como já é conhecido, haverá um grande número de obras do metrô na cidade de São Paulo, que terão um grande impacto ambiental, incluindo a supressão de árvores. E a fim de se antecipar a equipe da Subprefeitura da Lapa, gostaria que houvesse algum mecanismo de comunicação com o Estado, para evitarem futuras surpresas, e poder haver algum diálogo entre as autoridades Municipais e Estaduais.</p>
6	<b>Mila Maluhy</b> CADES Butantã	<p>Denuncia que estão com uma situação semelhante à apresentada pelo André Luís Mendes, junto ao Instituto Butantã que está realizando uma supressão arbórea absurda, e não é possível ter acesso aos processos de licenciamento pela CETESB mesmo que sendo solicitado.</p>
7	<b>Elio Camargo</b> CADES Butantã	<p>Informa que por meio da Sra. Ruth Cremonini, encaminharam uma sugestão na Regulamentação da Lei de Poda, para que os CADES fossem regularmente e previamente comunicados sobre os pedidos de corte, pois assim poderiam atuar com antecedência, para encontrar soluções para o local, ao invés de ficarem correndo atrás do que já foi feito.</p>

8	<p><b>Helena Maria de Campos Magozo</b> CADES Butantã</p>	<p>Informa que em vista do que prevê o PDE, estão abordando muito os temas voltados para as mudanças climáticas, mas ressalta que o que precisa ser melhorado é a participação social, com a oitiva da população, como o próprio PDE prevê o direito a informação, o que teria evitado muitos problemas. O que precisa não é a cultura legalizada, mas sim a cultura da participação social.</p> <p>O próprio CADES está tentando regulamentar uma lei de gestão participativa de praças, no sentido para que haja a participação da população, para que essa população do entorno compreenda o objetivo das modificações feitas ali.</p> <p>Ela recorda que quando trabalhava na Secretaria distinguiam Audiência Pública de Apresentação Pública, e acredita que estão precisando mais de Apresentações Públicas para promover mais sobre Educação Ambiental, como uma complementação do trabalho desenvolvido pela Prefeitura.</p> <p>Como segundo ponto, questiona a respeito dos elementos que são estruturantes ou não para a revisão do PDE, pois sobre os Eixos Estruturação e Transformação Urbana defende que o adensamento nessa região não deve ser ilimitado em conjunto com os meios de transporte público de massa, e entende que precisa haver um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) com aporte ambiental para avaliar a proposta de um empreendimento, que cumpre às vezes a questão da proximidade com o transporte público, mas com outros elementos específicos do terreno da área que precisam ser avaliados, como cobertura de nascentes. Por está razão, os Eixos precisam ser debatidos e aprimorados.</p> <p>Em seguida, questiona sobre o que foi apresentado a respeito da avaliação do PDE, especificamente sobre moradia popular, enfatizando que houve um grande avanço. Entretanto, não é o que vivenciam na região da Lapa, com relação ao PIU Vila Leopoldina que ainda se encontra na Câmara Municipal em deliberação, e na Operação Urbana Consorciada Água Branca. Não sabe a realidade em outras áreas, portanto gostaria de maiores esclarecimentos a respeito.</p>
9	<p><b>Maria Angélica Oliveria</b> CADES Butantã</p>	<p>Fala a respeito da necessidade de compreender como o eixo de gestão democrática no Plano Diretor deve funcionar em conjunto com o tema Meio Ambiente, que é um tema insurgente no mundo todo. Trazendo que não é apenas uma questão de legalidade, mas sim de legitimidade, e que é essencial à participação social nas questões ambientais do município, para haja um equilíbrio nas decisões.</p>

10	<b>Angela Martins Baeder</b> CADES Butantã	Coloca que a situação do Instituto Butantã é exemplar no sentido de que, houve de fato a derrubada de muitas árvores, e quem percebeu tudo isso foi a população, a sociedade civil que está no entorno. Nesse sentido questiona como o Plano Diretor pode adotar alguma diretriz que facilite a escuta da sociedade civil, tendo em vista que compensação ambiental precisa ser revista, no sentido de que não haja a supressão ambiental para que posteriormente seja feita a compensação ambiental, repensando-se as diretrizes que queremos para a cidade. O ideal em seu ponto de vista é que não haja supressão ambiental, devendo encontrar outros meios para o adensamento populacional, sem que haja o manejo da vegetação preexistente.
----	---	--